

**Avista S/A Administradora  
de Cartões de Crédito**

**Demonstrações Contábeis acompanhadas  
do Relatório dos Auditores Independentes**

**Em 31 de dezembro de 2015**

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis auditadas	5
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014	10

# Relatório dos Auditores Independentes

Grant Thornton Auditores Independentes  
Av. Paulista, 37 – 1º andar  
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista  
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos:  
Acionistas e Administradores da  
Avista S/A. Administradora de Cartões de Crédito  
Barueri – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Avista S/A Administradora de Cartões de Crédito (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

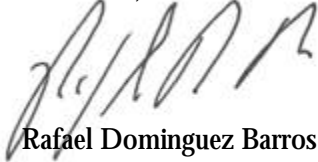
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Avista S/A Administradora de Cartões de Crédito em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2016.



Rafael Dominguez Barros  
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

## Avista S/A Administradora de Cartões de Crédito

### Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

#### ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.254	23.901
Aplicações Financeiras		-	15
Contas a receber	5	325.181	201.629
Tributos a recuperar		590	7
Créditos diversos		1.515	-
Despesas Antecipadas		925	1.755
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>354.465</u>	<u>227.307</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Contas a receber de partes relacionadas	10	1.019	1.801
Impostos Diferidos	18	15.768	5.971
Despesas Antecipadas		8.717	5.842
Créditos Diversos		2.239	1.134
Imobilizado	6	11.643	9.141
Intangível		4.392	1.243
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>43.778</u>	<u>25.132</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>398.243</u>	<u>252.439</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Avista S/A Administradora de Cartões de Crédito

### Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	7	117.362	58.587
Obrigações com estabelecimentos credenciados	8	160.121	99.273
Obrigações trabalhistas e tributárias	9	14.686	8.165
Contas a pagar		6.781	1.130
Dividendos a pagar		391	391
<b>Total do passivo circulante</b>		299.341	167.546
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	7	30.271	48.801
Provisões para Demandas Judiciais	11	1.621	1.650
Obrigações tributárias	9	7.044	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		38.936	50.451
<b>Patrimônio líquido</b>	12		
Capital social		50.465	27.000
Reserva de Lucros		9.502	7.442
		59.967	34.442
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		398.243	252.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Avista S/A Administradora de Cartões de Crédito

### Demonstrações de Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Receita bruta com prestação de serviços</b>		94.457	56.855
Deduções da receita - impostos incidentes e outros		(8.527)	(4.947)
<b>Receita operacional líquida</b>	13	85.930	51.910
Custo dos serviços prestados	14	(54.400)	(20.679)
<b>Lucro bruto</b>		31.530	31.231
Receitas (despesas) operacionais:			
Administrativas, comerciais e gerais	15	(92.327)	(51.680)
Despesas financeiras	16	(36.351)	(14.303)
Receitas financeiras	16	237.473	140.686
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	17	(132.736)	(92.581)
		(23.941)	(17.878)
<b>Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social</b>		7.589	13.352
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18	(11.327)	(5.629)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18	9.799	204
<b>Lucro líquido do exercício</b>		6.061	7.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Avista S/A Administradora de Cartões de Crédito

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Outras		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	27.000	-	-	(110)	26.890
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.928	7.928
<b>Destinações</b>					
Reserva legal	-	396	-	(396)	-
Dividendos	-	-	-	(376)	(376)
Outras reservas	-	-	7.046	(7.046)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	27.000	396	7.046	-	34.442
Integralização de Capital	23.465	-	(4.002)	-	19.463
Lucro líquido do período			-	6.061	6.061
<b>Destinações</b>					
Reserva legal	-	303	-	(303)	-
Outras reservas	-	-	5.758	(5.758)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	50.465	699	8.802	-	59.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# Avista S/A. Administradora de Cartões de Crédito

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	6.061	13.352
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa aplicado nas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	3.646	2.176
Valor residual de ativo imobilizado alienado	(63)	-
Provisão para demandas judiciais	(29)	450
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.090	56
Atualização monetária e juros sobre empréstimos e financiamentos	19.654	13.162
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>	<u>(78.623)</u>	<u>(32.267)</u>
Contas a receber	(143.642)	(73.359)
Tributos a recuperar	(583)	1
Despesas antecipadas	(2.045)	(7.597)
Créditos diversos	(2.620)	(1.005)
Obrigações com estabelecimentos credenciados	60.848	52.340
Obrigações trabalhistas e tributárias	12.953	(185)
Contas a pagar	5.651	369
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.185)	(2.831)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<u>(29.264)</u>	<u>(3.071)</u>
Aplicações em títulos e valores mobiliários	15	6
Acréscimo do imobilizado e intangível	(9.234)	(3.906)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<u>(9.219)</u>	<u>(3.900)</u>
Amortização de principal e juros	(94.966)	(89.108)
Ingressos de empréstimos	115.557	116.224
Transações com partes relacionadas/acionistas	782	(384)
Integralização de capital	19.463	-
Dividendos a Pagar	-	374
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<u>40.836</u>	<u>27.106</u>
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.353</u>	<u>20.135</u>
No início do exercício	23.901	3.766
No final do exercício	26.254	23.901
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.353</u>	<u>20.135</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

## 1. Contexto operacional

A Avista S/A. Administradora de Cartões de Crédito (Avista ou Companhia) iniciou suas operações em novembro de 2001, ano de sua fundação, e atua como instituição emissora, credenciadora e processadora de transações com cartões da bandeira Avista. A Companhia tem por objetivo social (i) Administração de cartões de créditos; (ii) emissão de vale alimentação, vale refeição e similares; (iii) correspondente de instituições financeiras; e (iv) atividades de serviços auxiliares financeiros.

Sua atuação no mercado é estruturada de forma verticalizada, uma vez que seus serviços abrangem as fases do processo necessárias para funcionamento de uma cadeia de cartões, o que compreende a emissão de cartões com concessão de limites de créditos aos seus portadores, o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, a captura e processamento eletrônico das transações realizadas na cadeia e o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos, sem a dependência de terceiros em todas as etapas.

A Avista tornou-se uma bandeira de cartões de crédito voltada ao público de menor renda, que tem seus gastos concentrados em estabelecimentos (principalmente supermercados, farmácias e artigos de moda) situados nas periferias das grandes cidades. A carteira da Avista possui mais de 3,4 milhões de portadores de cartões, aceitos em mais de 230 mil estabelecimentos credenciados, atuando em todas as capitais do país.

### **Aprovação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis da Avista S/A Administradora de Cartões de Crédito para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela diretoria da Companhia, em 29 de fevereiro de 2016, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os dados não financeiros incluídos nessas Demonstrações Contábeis, tais como quantidade de estabelecimentos, número de portadores e seguros não foram examinados pelos auditores independentes.

As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações contábeis e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### 2.1. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

##### a) **Receitas decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento das transações com cartões de pagamentos**

- **Transações com cartões de crédito (Taxas de administração e anuidade diferenciada)**

§ **taxa de administração (Merchant Discount Rate):** decorrentes da captura das transações com cartões de crédito que são apropriadas ao resultado da Companhia na data da captura em percentual do volume transacionado;

§ **anuidade diferenciada:** decorrentes da prestação de serviços aos titulares dos cartões de crédito.

- **Outros serviços de processamento**

Decorrentes dos serviços prestados para as empresas parceiras mediante captura, roteamento e transmissão de transações realizadas com cartões de benefícios (voucher), tais como alimentação, refeição, entre outros, além dos cartões private label. Essas receitas são constituídas de tarifas cobradas e são reconhecidas no resultado na data da captura e processamento.

**b) Receita de aluguel de equipamentos de captura**

A Companhia recebe de sua rede de estabelecimentos credenciados aluguel pela disponibilização de equipamentos de captura. A receita por aluguel é reconhecida no resultado no mês de referência do aluguel.

**c) Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto, sendo essa taxa aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, nas demonstrações do resultado.

**2.2. Custo dos serviços prestados**

Os custos dos serviços prestados são reconhecidos de acordo com o regime de competência. Os principais são relativos a: **(i)** rede de captura de transações e com as operadoras de telefonia; **(ii)** processamento de dados; **(iii)** serviços de atendimento telefônico aos clientes e estabelecimentos credenciados; **(iv)** manutenção dos equipamentos POS **(v)** materiais utilizados pelos estabelecimentos na captura de transações; **(vi)** credenciamento de novos estabelecimentos; **(vii)** serviços de distribuição e entrega de faturas e cobranças e **(viii)** tarifas bancárias sobre baixas de faturas.

**2.3. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são reconhecidos a partir da data em que os mesmos se tornam parte das disposições contratuais de tais instrumentos financeiros e incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos, contas a pagar, obrigações com estabelecimentos credenciados e outras dívidas. Os ativos e passivos financeiros da Companhia são inicialmente registrados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descritos a seguir:

**i) Disponível para venda**

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Após mensuração inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes, quando aplicável; com exceção das perdas por redução ao valor recuperável dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

**ii) Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa no resultado.

**iii) Baixa de ativos financeiros**

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para um terceiro.

**iv) Baixa de passivos financeiros**

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do mesmo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### v) Método de juros efetivos

O valor contábil de um instrumento financeiro avaliado ao custo amortizado é calculado pela Companhia como o valor a ser pago ou a ser recebido no vencimento, acrescido ou diminuído de qualquer prêmio ou desconto, líquidos de quaisquer taxas e custos de transação incorridos e de reembolsos de valor principal. Quando os custos de transação são incorporados ao custo de aquisição de um instrumento financeiro, com fluxos de pagamentos fixos ou determináveis, a Companhia apura a taxa de juros efetiva da operação de forma a amortizar esses custos em razão da fluência do prazo do instrumento financeiro.

A Companhia utiliza o método de juros efetivos para calcular, principalmente, o custo amortizado de um instrumento de dívida, fornecedores e recebíveis, alocando suas respectivas receita e despesas com juros ao longo do período de vigência dos contratos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos e desembolsos de caixa futuros estimados durante a vida estimada desses instrumentos financeiros ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial, enquanto que a receita/ despesa é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos financeiros não caracterizados como mensurados a valor justo por meio do resultado.

#### 2.4. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### 2.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério "pro rata temporis", que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia.

#### 2.6. Contas a receber

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo de acordo com as condições contratadas e ajustados pelo montante estimado de eventuais perdas esperadas. A Administração avalia periodicamente os riscos na realização das contas a receber e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando, principalmente, a expectativa com base no histórico de perdas.

#### 2.7. Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A depreciação é calculada usando o método linear com base nos percentuais descritos na Nota nº 06.

#### 2.8. Intangível

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para sua utilização. Esses custos são amortizados ao longo de sua vida útil anual estimada, que normalmente não ultrapassa cinco anos.

#### 2.9. Contas a pagar a estabelecimentos credenciados

Representado pelos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito, sendo os saldos de contas a pagar aos estabelecimentos credenciados deduzidos das taxas de administração e outras tarifas relacionadas, cujos prazos de recebimento dos clientes e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores há um ano.

#### 2.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são sujeitos à atualização monetária, segundo os índices contratuais. Os juros incorridos são reconhecidos “pro rata temporis”. Os compromissos contratuais com juros pré-fixados são considerados pelo valor presente, calculado segundo as taxas e prazos contratuais “pro rata die”.

#### 2.11. Arrendamentos

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros.

Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em passivos de curto e de longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

#### 2.12. Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) do exercício compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para IRPJ e 20% sobre o lucro tributável para a CSLL. A provisão desses tributos está apresentada na rubrica “Obrigações tributárias”. Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, sendo apresentadas na rubrica “Provisão de Impostos não Correntes”.

#### 2.13. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil),

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### 3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais e de instrumentos financeiros.

#### 3.2. Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.



**a) Vida útil de ativos não circulantes**

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/ desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição.

**b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)**

A Companhia avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que o contas a receber esteja deteriorado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas análises de riscos de realização dos créditos a receber e inadimplência histórica, e está demonstrada em montantes consideradas suficientes para cobertura de eventuais perdas.

**c) Tributos**

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia estão sujeitos a revisão pelas autoridades, retroativamente, por períodos variáveis de tempo, com referência aos tributos federais, estaduais, municipais e contribuições trabalhistas.

**d) Provisões para demandas judiciais**

A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

**e) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo estas evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento anual e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

#### f) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Recursos em espécie	3	5
Bancos	3.309	4.738
Aplicações financeiras	22.942	19.158
<b>Total</b>	<b>26.254</b>	<b>23.901</b>

#### Aplicações financeiras

As aplicações em certificados de depósitos bancários realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

## 5. Contas a receber

**Composição por operação**

	31/12/2015	31/12/2014
Faturas emitidas a clientes	172.299	98.786
Compras autorizadas a faturar	93.056	88.255
Faturas negociadas	93.189	27.861
	<b>358.544</b>	<b>214.902</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.363)	(13.273)
	<b>325.181</b>	<b>201.629</b>

**Composição por vencimento**

	31/12/2015	31/12/2014
<b>A vencer</b>	<b>225.985</b>	<b>167.713</b>
<b>Vencidos</b>		
Vencidos em até 90 dias	73.332	23.570
Vencidos entre 90 e 180 dias	59.227	23.619
	<b>132.559</b>	<b>47.189</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.363)	(13.273)
	<b>325.181</b>	<b>201.629</b>

## 5.1. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores a receber, com base em análises de riscos de realização levando em consideração o histórico de baixa dos créditos a receber por inadimplência nos últimos seis meses. Segue abaixo movimentação da provisão:

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Saldo anterior</b>	<b>(13.273)</b>	<b>(13.217)</b>
Constituição	(164.658)	(94.140)
Perdas	144.568	94.084
<b>Saldo final</b>	<b>(33.363)</b>	<b>(13.273)</b>

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17 a perda, líquida das recuperações, apurada no exercício findo em dezembro 2015 foi de R\$ 141.870 (R\$ 92.245 em dez/2014).

## 6. Imobilizado

## Composição do saldo

	2015			2014
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	1.702	(896)	806	766
Veículos	1.451	(1.090)	389	383
Equipamentos de informática	12.771	(5.776)	7.033	5.890
Máquinas e equipamentos	1.427	(706)	721	894
Benfeitorias em imóveis	213	(50)	163	180
Instalações	2.730	(199)	2.531	1.028
	<b>20.294</b>	<b>(8.717)</b>	<b>11.643</b>	<b>9.141</b>

## Movimentação do custo do imobilizado

	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015
Móveis e utensílios	1.552	150	-	1.702
Veículos	1.288	228	(65)	1.451
Equipamentos de informática	9.569	3.202	-	12.771
Máquinas e equipamentos	1.339	89	-	1.427
Benfeitorias em imóveis	213	-	-	213
Instalações	1.061	1.669	-	2.730
	<b>15.022</b>	<b>5.338</b>	<b>(65)</b>	<b>20.294</b>

	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014
Móveis e utensílios	1.541	11	-	1.552
Veículos	1.351	-	(63)	1.288
Equipamentos de informática	7.480	2.089	-	9.569
Máquinas e equipamentos	1.339	-	-	1.339
Benfeitorias em imóveis	213	-	-	213
Instalações	-	1.061	-	1.061
	<b>11.924</b>	<b>3.161</b>	<b>(63)</b>	<b>15.022</b>

## Movimentação da depreciação do imobilizado

	% - Taxa média anual de depreciação	31/12/2014	Depreciação	Baixas	31/12/2015
Móveis e utensílios	10%	(786)	(110)	-	(896)
Veículos	20%	(905)	(200)	43	(1.090)
Equipamentos de informática	20%	(3.679)	(2.057)	-	(5.776)
Máquinas e equipamentos	10%	(445)	(261)	-	(706)
Benfeitorias em imóveis	8%	(33)	(17)	-	(50)
Instalações	10%	(33)	(166)	-	(199)
		<b>(5.881)</b>	<b>(2.811)</b>	<b>43</b>	<b>(8.717)</b>

	% - Taxa média anual de depreciação	31/12/2013	Depreciação	Baixas	31/12/2014
Móveis e utensílios	10%	(667)	(119)	-	(786)
Veículos	20%	(697)	(239)	31	(905)
Equipamentos de informática	20%	(2.299)	(1.380)	-	(3.679)
Máquinas e equipamentos	10%	(260)	(185)	-	(445)
Benfeitorias em imóveis	8%	(16)	(17)	-	(33)
Instalações	10%	-	(33)	-	(33)
		<b>(3.939)</b>	<b>(1.973)</b>	<b>31</b>	<b>(5.881)</b>

A Administração da Companhia revisou os valores residuais e o tempo de vida útil estimada e concluiu que o valor residual e as taxas de depreciação utilizadas estão adequadas.

## 7. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Amortização	Vencimento	31/12/2015	31/12/2014
Contas garantidas	CDI + 0,56% a.m.	Mensal	07/03/2016	8.012	-
Capital de giro e Cheque Especial (a)	CDI + 0,16% a 1,5%a.m. e 7,8%a.m.	Mensal	15/01/2018	101.083	54.940
Arrendamento mercantil (b)	1,03% a 1,72% a.m.	Mensal	20/08/2020	6.301	3.534
Debêntures emitidas (c)	CDI + 5% a.a.	Mensal	15/10/2017	32.267	48.914
Parcela do circulante				117.362	58.587
Parcela do não circulante				30.271	48.801
				<b>147.663</b>	<b>107.388</b>

## Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

	Taxa de juros	Amortização	Vencimento	31/12/2015	31/12/2014
Capital de giro (a)	USD +5% a 6,39% a.a.	Mensal	23/09/2016	3.555	3.549
Parcela do circulante				3.555	3.549
Parcela do não circulante				-	-

## Operações de derivativos

	Taxa de juros	Amortização	Vencimento	31/12/2015	31/12/2014
<b>SWAP USD x CDI</b>					
Perna Ativa	USD +6,7% a.a.	Mensal	25/05/2016	1.333	3.549
Perna Passiva	CDI + 7,3% a.a.	Mensal	25/05/2016	(1.047)	(3.006)
<b>Resultado Accrual</b>				<b>286</b>	<b>542</b>
<b>SWAP CDI x TJLP</b>					
Perna Ativa	CDI + 5,54% a.a.	Mensal	29/05/2017	1.468	2.090
Perna Passiva	TJLP + 14,00% a.a.	Mensal	29/05/2017	(1.515)	(2.126)
<b>Resultado Accrual</b>				<b>(47)</b>	<b>(36)</b>

- (a) Os financiamentos de capital de giro são operações com prazos superiores a 180 dias, investidos na alavancagem dos negócios da Companhia no curto prazo;
- (b) Refere-se a arrendamento mercantil para aquisição de equipamentos de informática;
- (c) Refere-se a primeira Emissão Pública de debêntures realizadas em outubro de 2014.

As linhas de financiamentos possuem como garantia aval dos acionistas e recebíveis que são vinculados em conta de cobrança nas instituições credoras.

A abertura das parcelas de longo prazo encontra-se demonstrada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2015:

	31/12/2015	31/12/2014
Dez/2017	28.602	28.878
Dez/2018	1.293	18.993
Dez/2019	376	930
	<b>30.271</b>	<b>48.801</b>

### 8. Obrigações com estabelecimentos credenciados

As obrigações com estabelecimentos credenciados em 31 de dezembro de 2015 estavam representadas por R\$ 160.121 (R\$ 99.273 em dez/2014). O prazo de recebimento dos clientes é de 28 dias contados da data da operação e o prazo médio de liquidação aos estabelecimentos comerciais credenciados é de 34 dias a partir da data da transação. As transações parceladas ocorrem em prazos máximos de 12 meses, portanto, o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2015 corresponde ao fluxo máximo de um ano.

### 9. Obrigações trabalhistas e tributárias

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Passivo Circulante</b>		
Contribuições sociais a recolher	9.350	1.238
Provisões para férias e encargos incidentes	1.405	1.028
Salários a pagar e outras remunerações	722	1.756
Impostos e taxas federais e municipais a recolher	1.078	368
Contribuição social sobre o lucro líquido	873	1.534
Imposto de renda	1.258	2.241
	<b>14.686</b>	<b>8.165</b>
<b>Passivo não Circulante</b>		
Contribuição social sobre o lucro líquido	2.839	-
Imposto de renda	4.205	-
	<b>7.044</b>	<b>-</b>

### 10. Transações com partes relacionadas

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativo não circulante</b>		
WIG Participações Ltda. (a)	587	1.801
Bancap Ltda. (a)	298	-
Alerta Call Center (a)	134	-
	<b>1.019</b>	<b>1.801</b>
<b>Receitas</b>		
FIDC-NP Recupera (b)	2.698	1.839
	<b>2.698</b>	<b>1.839</b>

- (a) Refere-se à empréstimos (mútuos) sem à incidência de juros e prazo de vencimento em até 24 meses;
- (b) Refere-se à venda de títulos a receber vencidos e inadimplentes ao FIDC-NP Recupera pelo valor de R\$ 2.698 (R\$ 1.839 em dez/2014). A totalidade da carteira que se encontrava baixada nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 144.568 (R\$ 94.084 em dez/2014).

No exercício de 2012, iniciou-se as operações do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Recupera (FIDC-NP Recupera), sob a forma de condomínio fechado nos termos da instrução CVM nº 356/01, pelo regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A Companhia firmou contrato de cessão de créditos sem coobrigação junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizado Recupera (“FIDC-NP Recupera”), no qual realiza a vendas destes direitos creditórios, vencidos e não pagos, em moeda corrente nacional, e de todos os direitos que lhes sejam acessórios, inclusive, dentre outros, os referentes a encargos a eles relacionados, em caráter definitivo, irrevogável e irretroatável, ofertando-os de acordo com as regras e procedimentos previstos no contrato de cessão de créditos.

A Companhia não detém qualquer participação no FIDC-NP Recupera, seja por meio de quotas seniores e/ ou subordinadas.

#### 11. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos do poder judiciário, surgidos no curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e tributárias.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. Em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 1.621 (R\$ 1.650 em dez/2014). Segue abaixo movimentação da provisão:

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Saldo anterior</b>	<b>(1.650)</b>	<b>(1.200)</b>
Constituição/ ganhos	29	(450)
<b>Saldo final</b>	<b>(1.621)</b>	<b>(1.650)</b>

#### Perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, em 31 de dezembro de 2015 essas ações totalizavam R\$ 2.518 (R\$ 1.345 em 2014).

#### 12. Patrimônio líquido

##### 12.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Companhia era de R\$ 50.465 (R\$ 27.000 em dez/2014), representado por 47.250.185 (quarenta e cinco milhões cento e sessenta e três mil cento e oitenta e cinco) de ações ordinárias e 3.214.815 (três milhões duzentas e quatorze mil oitocentas e quinze) ações preferencias (2.800.000 em 2014), nominativas, com valor unitário de R\$ 1,00 (um real).

Composição societária é como segue:

Sócio acionista	Qde de ações ordinárias	Qde de ações preferenciais	Valor unitário	Total de ações
WIG Participações	-	803.704	1,00	<b>803.704</b>
Walter José Piana	-	495.081	1,00	<b>495.081</b>
Walter José Boina Piana	-	745.837	1,00	<b>745.837</b>
Giovanni Piana Netto	-	745.837	1,00	<b>745.837</b>
Ivie Piana Garcia	-	424.356	1,00	<b>424.356</b>
Fundo de Investimento em Participações Piana	47.250.185	-	1,00	<b>47.250.185</b>
<b>Totais</b>	<b>47.250.185</b>	<b>3.214.815</b>		<b>50.465.000</b>

### 12.2. Reserva legal

Constituída a alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

### 12.3. Aumento de capital

Durante o exercício, houve aumento de capital mediante emissão de 23.050.185 ações ordinárias e 414.815 ações preferencias com valor unitário de R\$ 1,00 (um real).

### 12.4. Distribuição de lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém os seguintes critérios:

- 5% para reserva legal;
- distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido pela Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente e em seu estatuto, que prevê a distribuição mínima de 5% do lucro líquido do exercício com reversão das provisões e diferimentos, após a constituição da reserva legal.

## 13. Receita operacional líquida

	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de administração	20.465	13.234
Taxa de utilização	60.925	31.999
Aluguel de POS e serviços SMS	1.003	1.046
Outras taxas e serviços	12.064	10.577
Impostos incidentes (PIS, COFINS e ISS)	(8.527)	(4.947)
	<b>85.930</b>	<b>51.909</b>

## 14. Custos dos serviços prestados

	31/12/2015	31/12/2014
Custos com comunicação	(7.782)	(5.110)
Custos com distribuição	(12.708)	(8.774)
Custos com cobrança e baixas de faturas	(25.598)	(4.180)
Custos com prestadores de serviços	(8.312)	(2.615)
	<b>(54.400)</b>	<b>(20.679)</b>

## 15. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com pessoal	(25.776)	(25.348)
Serviços técnicos profissionais	(19.263)	(11.676)
Despesas com viagens	(4.902)	(2.381)
Despesas comerciais	(21.433)	(2.795)
Impostos, taxas e contribuições	(55)	(70)
Locações e investimentos em expansão	(10.744)	(1.540)
Depreciação e amortização	(3.646)	(2.207)
Outras despesas gerais	(6.508)	(5.663)
	<b>(92.327)</b>	<b>(51.680)</b>



## 16. Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(34.028)	(12.567)
Outros encargos financeiros	(2.323)	(1.736)
	<b>(36.351)</b>	<b>(14.303)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Encargos sobre crédito rotativo (a)	178.627	94.323
Encargos de mora (b)	44.721	23.646
	6.795	8.916
Encargos sobre negociações (d)	(6.511)	4.209
Multa contratual (e)	17.683	9.512
Outras receitas financeiras	1.506	80
Impostos Incidentes Sobre as Receitas Financeiras (PIS e COFINS) (f)	(5.348)	-
	<b>237.473</b>	<b>140.686</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>201.122</b>	<b>126.383</b>

- (a) Calculado de acordo com negociação individual com os credenciados;  
 (b) Mora 1% a.m.;  
 (c) Rotativo de 20,99% a 24,99% a.m.;  
 (d) De acordo com negociação efetuada com portador do cartão de crédito;  
 (e) Multa contratual 2% por evento.  
 (f) Encargos sobre receitas Financeiras (PIS e COFINS) 4,65% por cento.

## 17. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2015	31/12/2014
Baixa de contas a receber (a)	(144.568)	(94.084)
Recuperação de créditos baixados (b)	2.698	1.839
Recuperação de custos e despesas	29.195	2.590
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.090)	(58)
Provisão para Demandas judiciais	30	(450)
Outros	(1)	(2.417)
	<b>(132.736)</b>	<b>(92.580)</b>

- (a) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, refere-se a baixa de títulos a receber vencidos e inadimplentes, vendidos ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Recupera (FIDC-NP Recupera);  
 (b) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, refere-se ao valor recebido do Fundo Recupera pela venda dos títulos a receber vencidos e inadimplentes.

## 18. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro líquido são calculados e registrados com base no resultado tributável, as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente:

### Conciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Lucro/ (Prejuízo) antes dos impostos	7.590	13.352
(-/+ Diferenças permanentes	20.394	720
<b>(=) Base de cálculo</b>	<b>27.984</b>	<b>14.072</b>
Alíquota do IRPJ - 15% somados a 10% sobre o lucro excedente a R\$240 - e CSLL - 20%	(11.327)	(5.629)
IRPJ/CSLL – Corrente	(11.327)	(5.629)
IRPJ/CSLL – Diferido	9.799	204
	<b>(1.528)</b>	<b>(5.425)</b>
Taxa efetiva	45%	40%

### Composição dos impostos diferidos

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.363	13.273
Provisão para demandas judiciais	1.621	1.650
Outras provisões	-	958
<b>Total</b>	<b>34.984</b>	<b>14.923</b>
Impostos diferidos a alíquota regulares – 45%	15.768	5.971

A expectativa de realização dos impostos diferidos é inferior a 1 ano, portanto não existe efeito de ajuste a valor presente.

## 19. Gestão de risco e instrumentos financeiros

### 19.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a alguns riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros) risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

#### a) Risco de mercado

##### Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros sobre empréstimos e títulos a receber estão mencionadas na Nota 7 e 16, respectivamente.

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2015 instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de juros.

#### b) Risco de crédito

Com relação às contas a receber, a Companhia está principalmente exposta a contas a receber de faturas emitidas a clientes. As faturas a receber de clientes estão sujeitas aos riscos normais de inadimplência de mercado e para minimizar os riscos de perda são concedidos créditos a clientes no limite máximo inicial de R\$ 350. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais perdas na realização de contas a receber.

#### c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de montantes entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, empréstimos e financiamento, estão descritos na Nota Explicativa nº 07.

#### d) Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia, classificados por categoria, são como segue:

	Empréstimos e recebíveis		Custo amortizado		Disponível para venda	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	3.312	4.743	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-	22.942	19.158
Contas a receber	325.181	201.629	-	-	-	-
Obrigações com estabelecimentos credenciados	160.121	99.273	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	147.633	107.388	-	-
Contas a pagar	6.782	1.130	-	-	-	-
	<b>495.396</b>	<b>306.775</b>	<b>147.633</b>	<b>107.388</b>	<b>22.942</b>	<b>19.158</b>

Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros mencionados acima foram avaliados pela Administração da Companhia com sendo próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

#### 21. Remuneração de administradores

A remuneração paga aos administradores no exercício foi de R\$ 1.000 até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.100 em 31 de dezembro de 2014), sendo o total referente à remuneração fixa.

## 22. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia mantém cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Administração da Companhia mantém um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte e operações da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	<b>Cobertura</b>
Básica para incêndio e tumulto	15.000
Danos elétricos	1.500
Despesas fixas (PI quatro meses)	3.000
Equipamentos eletrônicos	200
Perda ou despesas de aluguel	200
Responsabilidade civil dos estabelecimentos	1.000
Roubo e/ou furto qualificado	100
	<b>21.000</b>

## 23. Compromissos

A Companhia tem compromissos firmados por meio de contratos de locação de imóveis. Os referidos contratos possuem cláusulas que definem prazo de renovação e índices de atualização.

\* \* \*